



Ata nº9/2023

Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da sede da junta de freguesia de Vila Flor, pelas vinte e uma horas, teve lugar a sessão ordinária com os seguintes membros: Carina Ferreira, Marisa Esteves, Patrícia Félix, Francisco Fernandes, Fátima Mesquita, Tiago Morias, Susana Fernandes em substituição de Emílio Almendra, Conceição Lopes e a contabilista da junta, a Dr.ª Sandra Raimundo.

A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Período Antes da Ordem do dia;

Ponto dois – Aprovação das atas anteriores;

Ponto três – Período da Ordem do dia;

Ponto três.um – Apreciação da atividade da Junta de Freguesia;

Ponto três.dois – Apreciação das contas de gerência do ano de 2022;

Ponto três.três – Discussão e votação da 1ª alteração modificativa do Orçamento para 2023;

Ponto três.quatro – Outros assuntos de interesse para a freguesia;

Ponto quatro – Período da intervenção do público.

A presidente da Assembleia, Carina Ferreira cumprimentou todos os presentes, agradeceu a presença de todos e a pontualidade.

Dando início à ordem de trabalhos, no primeiro ponto inscreveu-se o membro Tiago Morais que falou sobre as atas da assembleia ainda não terem sido publicadas desde o início do mandato e solicitou as atas do mandato anterior. A presidente da mesa referiu que houve alguma dificuldade no acesso a documentos anteriores mas que veria o que era possível fazer.

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos e posta a votação a ata número seis, esta foi aprovada com quatro votos a favor e quatro abstenções visto os membros presentes não terem assistido à reunião anterior. A ata número sete foi



aprovada com seis votos a favor e duas abstenções, pois os membros Tiago Morais e Susana Fernandes não assistiram à referida reunião. A ata número oito foi aprovada com seis votos a favor e duas abstenções, pelo mesmo motivo referido na ata sete.

Finda a votação das atas e passando ao ponto três ponto um da ordem de trabalhos, o membro Tiago Morais inscreveu-se.

O membro da oposição refere que relativamente aos apoios da junta de freguesia ao Vila Flor Sport Clube, ao Clube de Ciclismo e ao Atleta Independente a oposição está de acordo mas questiona se o Regulamento que regulamenta esses apoios foi aprovado. Pede esclarecimentos sobre as aulas de crochê e sobre as plantas e pinheiros da aldeia do Nabo.

A presidente da mesa refere que em relação ao regulamento dos apoios este foi aprovado tal como consta na ata número seis.

O Presidente da Junta, Justino Santos refere que as aulas de “Iniciação ao Crochê” são uma parceria entre a junta e a Lirs Art, na pessoa da Vanesa. As inscrições encontram-se abertas e refere que na aldeia do Nabo já existiam mais inscrições que na própria vila. As aulas só têm o custo da formadora, uma hora e meia por semana com a duração de quatro meses; Relativamente aos pinheiros abatidos na aldeia do Nabo, estes estavam em risco de cair e a zona vai ser intervencionada para uma rampa de acesso ao salão e à escola primária.

O membro Conceição Lopes questiona sobre quem paga à formadora do crochê e qual o valor, ressalvando que esta atividade se enquadra numa atividade lúdica.

O presidente refere que é a junta que paga e que o valor é de dezoito euros por hora, preço que inclui a deslocação da formadora às aldeias.



Conceição Lopes diz estar esclarecida e questiona sobre o local onde as aulas serão dadas, ao qual o presidente da junta responde que na Vila e no Nabo as aulas serão dadas na sede da junta e na aldeia do Arco na antiga escola primária.

A presidente da mesa passou então ao ponto três.dois da ordem de trabalhos no qual os membros Tiago Morais e Conceição Lopes se inscrevem.

Conceição Lopes diz ter uma declaração a fazer, a qual é transcrita nesta ata:

“Um relatório de contas mais não é que o reflexo da execução do orçamento. E quando o orçamento é mau, o relatório de execução não pode ser melhor.

Em dezembro de 2021 votamos contra o orçamento apresentado para 2022 por considerarmos que não se adequava às necessidades da freguesia, não previa investimentos nem apoio às famílias e empresas. Este relatório de execução confirma os nossos receios. A junta de freguesia em 2022 mais não fez que gerir o corrente, não se preocupando minimamente com o investimento.

É curioso que nas considerações finais o executivo diga: “as escassas receitas próprias tornam-nos demasiado dependentes da transferência do estado...” mas não é esse o papel do executivo? Captar investimento e procurar outros financiamentos? Está a terminar o quadro comunitário 2020 e em nada se aproveitou, aproxima-se o Portugal 2030 e nada se prevê aproveitar. Com esta inércia é normal que o saldo de investimento da freguesia não tenha passado, em 2022, de 597,99€.

Perante os números apresentados é difícil explicar que com um saldo de gerência de 58.271,08€ o executivo tenha recusado a nossa proposta de apoio às famílias que representava pouco mais de 15% deste valor. E a desculpa não pode ser que não é papel da Junta de freguesia ajudar as pessoas, como disse o Sr. Presidente, ou que as verbas estão a ser guardadas para comprar casa do Arco. Então e as pessoas? O slogan não era: as pessoas primeiro?

É difícil explicar aos Vilaflourenses o contínuo atropelo à lei da contratação pública, apesar das diversas recomendações que aqui fomos deixando. Insiste o



executivo em executar despesas ilegais sem qualquer preocupação em corrigir ou rever procedimentos. Até quando?

Em defesa da freguesia, o nosso voto só podia ser contra.”

O membro da oposição Tiago Morais questionou o executivo sobre se é possível fazer ajuste direto com valores superiores a cinco mil euros e a razão porque quando questionaram pelo quadro de pessoal foi dito que era de dois elementos e agora constam oito contratos.

O Presidente da Junta responde referindo que a situação dos recibos verdes e restante pessoal estava a ser resolvida uma vez que se estava a preparar o concurso para contratação dos respetivos funcionários, tendo sido contratada uma empresa de Braga para fazer a contratação e que dentro de três a quatro meses estaria terminada.

A nível do pessoal contratado estavam a trabalhar duas auxiliares, um cantoneiro e uma secretária, estando ainda uma funcionária cedida pelo município, ou seja, quatro pela junta e uma pelo município.

O membro da oposição, Conceição Lopes questiona então o porquê de constarem oito pessoas distintas, ao que o Presidente da Junta refere que são situações comuns a contratos do IEF, a junta empresta ao município e o município à junta.

O membro Tiago Morais refere que quando questionaram a junta acerca de seis meses já sabiam da existências desses mesmos contratos, pois são desempregados de longa duração que vão trocando, não valendo a pena mais questões, e não vê porque razão o Presidente da Junta não ter dito logo a verdade. Pede ao presidente que este comece a ser sincero pois não vale a pena omitirem pois eles como oposição não estão para prejudicar mas têm de fazer oposição.



A presidente da mesa, Carina Ferreira, agradece a abertura e transparência do membro da oposição e refere que o objetivo do Presidente da Junta não seria de todo omitir mas sim como foi interpretada a pergunta que foi de forma diferente.

O membro Conceição Lopes refere que quando uma questão é feita a resposta deveria ser mais objetiva e capaz.

Justino Santos, Presidente da Junta, refere que a junta sempre teve os quatro funcionários, em troca com a câmara, a câmara tinha três da junta e a junta três da câmara. No máximo houve cinco e não mais que isso.

Passando ao ponto três.três, a presidente da mesa questionou os presentes se algum se queria inscrever, no qual se inscreveu o membro Tiago Morais, que questionou o executivo a que se devia esta alteração modificativa visto na opinião dele não haver motivos.

A contabilista da junta pediu para ser ela a responder e referiu que a primeira alteração modificativa em abril é normal pois há a incorporação do saldo que transita do ano anterior. Neste caso o saldo de cinquenta e oito mil setecentos, setenta e um euros e oito cêntimos, que não existe no banco na totalidade e justificado no tribunal de contas.

Não havendo mais questões e sendo colocado a votação a primeira alteração modificativa do orçamento para 2023 foi aprovada por unanimidade.

Referente ao ponto três.quatro o membro Tiago Morais pediu para falar e agradeceu por os restantes elementos da assembleia nunca terem acusado a bancada socialista sobre a situação de desvio de dinheiro que o anterior eleito, membro socialista, fez.

A presidente da assembleia refere que o Tribunal de contas pediu justificação e que todos têm sido discretos pois hoje foram eles que tiveram um elemento que fez o que fez, mas amanhã não saberiam o que poderia acontecer.



Tiago Moraes, membro da assembleia, refere que juntamente com os documentos da assembleia foi enviado o regulamento do inventário mas como este não consta na ordem de trabalhos supõe que seja para uma próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, a presidente da mesa, Carina Ferreira, agradeceu a forma empreendedora como decorrem as assembleias e deu por encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela presidente da mesa e pelas secretárias da assembleia de freguesia.

A presidente: Carina Diniz Rogas Ferreira
1ª secretária: Ilídio Taveira Esteves
2ª secretária: Patricia Sara Mendes Silva